

AMAZÔNIA*

Gestão do Território

Alcyr Boris de Souza Meira**

Vivemos no presente momento um clima emocional intenso, quase frenético, em torno da questão ecológica, quando todas as nações do mundo voltam seu interesse maior para a problemática ambiental. Como num passe de mágica, a humanidade passa a adquirir uma consciência ecológica, despertando para a necessidade de conservação e preservação do ecossistema, assumindo finalmente uma postura responsável, coerente e acima de tudo racional, no sentido de utilizar com mais cuidado os recursos naturais renováveis.

É necessário e prudente, entretanto, que se evitem os exageros e extremismos, não permitindo a geração e adoção de informações deturpadas, algumas vezes perniciosas, que, em vez de instruir e conduzir à racionalidade desejável, provocarão, ao contrário, repercussões prejudiciais e desastrosas ao futuro da humanidade.

Reconhecemos que esse estado de alerta foi e tem sido benéfico e útil, pois dele decorreu uma mobilização das forças políticas, econômicas e sociais internacionais, criando uma consciência mundial para a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente. É preciso, porém, que se mantenha a indispensável cautela, dosando corretamente a ação de defesa da natureza, evitando-se atitudes emocionais e apaixonadas, que quase sempre levam a um exagero irrecuperável.

Passado o primeiro impacto dessa campanha desbravadora e pioneira, devemos reavaliar os conceitos, através de uma análise mais serena, mais cautelosa, que permita a interpretação do problema em bases racionais e sem traumatismos.

No Brasil, país em desenvolvimento, o problema ecológico adquire uma conotação específica, dada a sua real necessidade de cres-

* Recebido para publicação em 29 de novembro de 1991.

** Arquiteto, Engenheiro Civil, Urbanista, Professor Universitário, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e Superintendente da SUDAM.

cimento imediato e acelerado, que lhe permita em curto espaço de tempo o desejado ingresso no fechado grupo das nações do Primeiro Mundo. Dentro da problemática nacional, desponta a Amazônia como peça fundamental de uma engrenagem maior que é a nação brasileira, representando, fora de qualquer dúvida, o suporte maior para a consecução do desenvolvimento nacional.

A gestão do território amazônico deve ter como ponto de apoio um plano de desenvolvimento integrado, estribado no binômio desenvolvimento/meio ambiente, de modo que se definam os instrumentos que permitam uma perfeita coexistência entre tecnologia e ecologia, decalcado no entendimento de que a Amazônia brasileira constitui patrimônio inalienável da nação, incólume e soberanamente preservado.

Não podemos admitir que se pretenda promover a defesa da Região Amazônica pela exclusiva preservação de seu patrimônio ecológico, utilizando-se retóricas ambientalistas que induzam a uma absoluta recuperação e restauração dos valores naturais. Esses são caminhos que não conduzem a lugar nenhum.

É preciso que se crie, para o caso amazônico, uma consciência ecológica própria, específica, adotando-se medidas claras, precisas e concretas, que possibilitem o esboço, delineamento e consolidação de um modelo de comportamento tipicamente regional. Para a Amazônia a necessidade imediata e premente é desenvolver o seu território, através de um modelo voltado às suas necessidades intrínsecas, que atenda aos interesses do homem amazônico. Esse processo de desenvolvimento será evidentemente alicerçado em conceitos e parâmetros que permitam harmonizá-lo com o meio ambiente, promovendo a necessária e indispensável compatibilização da economia com a ecologia, fundamento básico do desenvolvimento sustentado.

O clima emocional que envolve as campanhas ambientalistas internacionais, já citado neste documento, ocorre intensamente também em Território Nacional, o que vem gerando freqüentemente informações equivocadas, dados deturpados e, quase sempre, contraditórios, que vêm contribuindo para que se crie dentro e fora do País uma imagem negativa e totalmente distorcida da realidade amazônica. Nessa ação mesquinha e nefasta, que delinea para a Amazônia um perfil de região degradada pelos seus próprios habitantes, pinta-se o homem amazônico com

fortes matizes de depredador irresponsável. É chegada a hora de se revelar a verdade, de se refutarem essas notícias capciosas destinadas a confundir a opinião pública e provocar repercussões desabonadoras e prejudiciais à Amazônia e ao Brasil.

A correta gestão do território amazônico deve relocalizar essas questões e a conseqüente contestação dos equívocos delas decorrentes.

Na realidade, criaram-se verdadeiros mitos amazônicos, surgidos no bojo desse processo, alguns consolidados como verdades inofismáveis, passando inclusive à categoria de citação obrigatória em pronunciamentos sobre a região.

Dentre outros podemos citar o mito da **homogeneidade amazônica** como um dos mais utilizados nas discussões sobre os problemas regionais, envolvendo teorias extremamente contraditórias.

A Amazônia apresenta, numa análise primária de suas potencialidades, duas riquezas incontestes: sua cobertura vegetal, representada pela grande potencialidade da floresta tropical, e sua rede hidrográfica, formada pelas bacias dos rios Amazonas e Araguaia-Tocantins. Esses dois fatores representam, indubitavelmente, o ponto de apoio para o alavancamento do desenvolvimento regional e a consolidação do progresso nacional.

Esses dois componentes do patrimônio natural da região vêm sendo considerados como elementos homogêneos, criando-se um conceito de Bacia Amazônica sem heterogeneidades, com uma morfologia uniforme, sem uma multiplicidade de facetas geográficas, geológicas, de biodiversidade e de ecossistemas. A realidade é outra. A Amazônia é uma região heterogênea, não somente nos seus aspectos físicos, mas também em suas características políticas, sociais e econômicas.

Passemos à análise da cobertura vegetal da região, que vem sendo equivocadamente considerada como **Floresta Amazônica** em toda a sua extensão regional, o que na verdade constitui um conceito falho, o que pode ser facilmente comprovado pelo mais recente levantamento do IBGE que acusa uma formação florestal correspondente a 64% do território da Amazônia Legal. A cobertura vegetal dos 36% restantes diz respeito à vegetação não florestal, predominantemente florestística, com ocorrência significativamente de savanas e campos naturais. Verifica-se, portanto, ser equivocada a denominação de Floresta Amazônica para toda a cobertura vegetal

existente na região, equívoco esse já transformado em mito.

Considerando-se, todavia, a área de floresta, devidamente distribuída em superfície correspondente a 64% da Amazônia Legal, verifica-se também a inexistência de uma formação homogênea, pois na verdade a Floresta Amazônica é heterogênea, constituindo um sistema formado por vários subsistemas, como demonstraremos a seguir.

A Floresta Amazônica propriamente dita - Floresta Tropical Chuvosa -, cientificamente denominada de Hiléia, concentra-se longitudinalmente no setor axial da Bacia Amazônica, ao longo do Equador, apresentando duas configurações distintas: a Floresta de Várzea e a Floresta de Terra Firme.

Essas formações florestais úmidas, preponderantes na paisagem física regional, constituem a formação vegetal pujante e significativa, ainda que complexa, representativa das

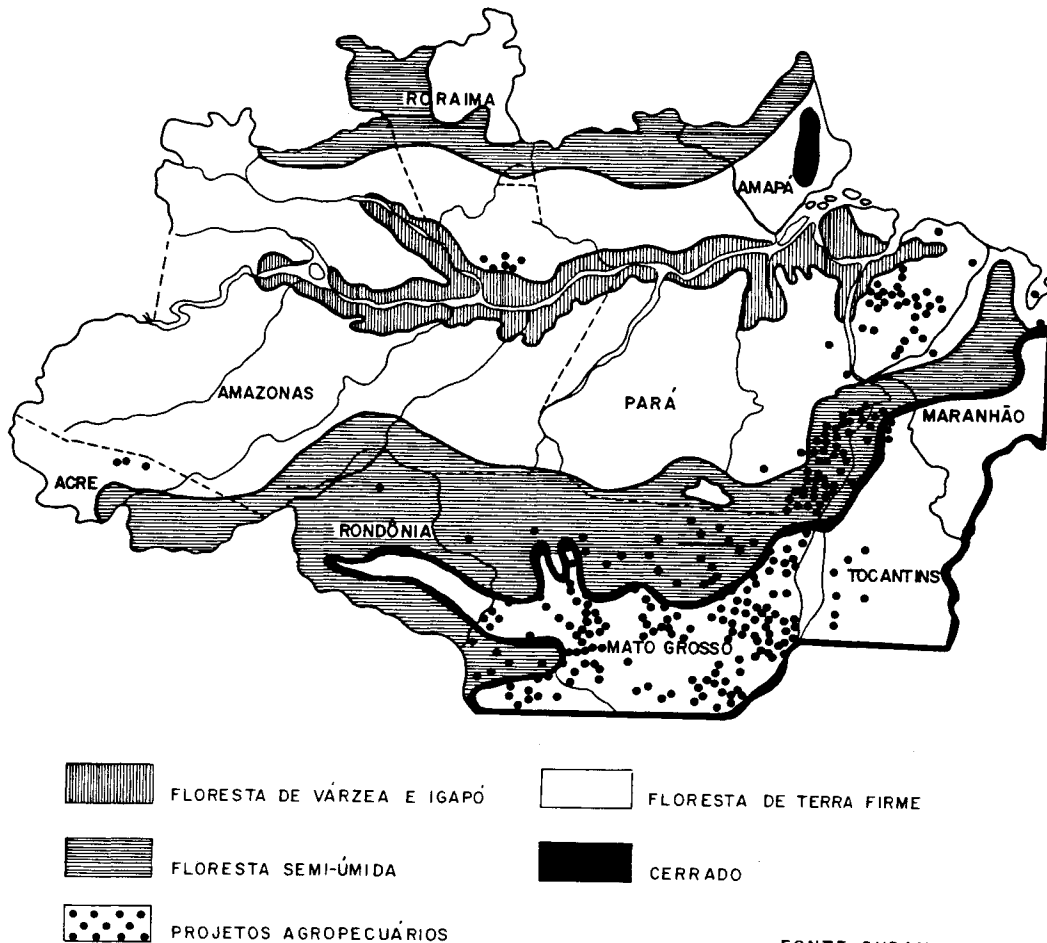
regiões de clima quente e de elevado grau de umidade, onde ocorrem grandes precipitações pluviométricas, como acontece na Amazônia.

A Floresta de Várzea domina as áreas passíveis de inundações periódicas, nas épocas de enchentes, nos trechos de planície, marginais aos rios e igarapés. Em determinados setores, permanentemente inundados, essa cobertura vegetal passa a ser denominada de igapó, ocorrendo uma ligeira redução no porte das árvores, que apresentam também troncos mais delgados.

As Florestas de Terra Firme, correspondentes à formação florestal dominante da Hiléia, elevam-se acima da planície de inundação, nas chamadas terras altas, em cotas superiores ao nível das enchentes, que em momento algum chegam a atingi-las.

Os trechos periféricos, próximos às bordas da Floresta de Terra Firme, apresentam

FORMAÇÕES FLORESTAIS



FONTE-SUDAM

alterações de características morfológicas, como consequência das alterações climáticas, passando a formar, nas fimbrias da Hiléia, a denominada Floresta Semi-úmida, também conhecida como Floresta Estacional.

Nessas áreas já ocorre uma sensível modificação de microclima, definido por estação seca que se prolonga quase que invariavelmente por mais de cinco meses no ano. Essa floresta é também denominada, aliás com justa propriedade, de Floresta de Transição, já que estabelece a passagem da Floresta Amazônica para outras formações vegetais.

Desenvolvendo-se nos limites norte e sul da Floresta de Terra Firme, ao longo de suas fraldas, essa floresta de transição estende-se ao norte até os limites em que a planície cede lugar às elevações que constituem o Maciço Guiano, lançando-se ao sul, em faixa mais larga e mais extensa, até onde ocorre a transição para a zona do cerrado, característica do Planalto Central.

Nessa faixa, em direção ao leste meridional, a Floresta Tropical Semi-úmida começa a ceder lugar aos palmeirais, com especial destaque dos babaçuais do Maranhão e do Tocantins. Nesse trecho a floresta passa a receber nova denominação, típica daquela região: Floresta Aberta, caracterizada por vegetação de reduzido potencial madeireiro por hectare, apresentando uma constituição heterogênea, formada por árvores de pequeno porte e bastante espaçadas, entremeadas por palmeiras, cipós, bambus e pequenos arbustos.

A partir dessa vegetação de transição, em direção à periferia sul da Amazônia Legal, começam as primeiras manifestações de vegetação de cerrado, inicialmente permeadas com a Floresta de Transição, até atingir sua plenitude nas Savanas que se estendem pelos Estados de Mato Grosso e Tocantins, atingindo ainda parcialmente o Estado do Maranhão, sul do Estado do Pará e de Rondônia.

Merecem ainda destaque as áreas de campos naturais que, apesar de representarem um reduzido potencial da cobertura vegetal da região, interrompem de vez em quando a contínua e monótona amplitude da Floresta Amazônica.

Verifica-se, pelo exposto, que a heterogeneidade da massa verde amazônica é indiscutível, constituindo, portanto, um fator importante a ser considerado na problemática regional.

O mito da homogeneidade hidrográfica é também inconsistente, pois na verdade existe uma significativa variedade hídrica na Região Amazônica, fruto de uma série de fatores, desde a heterogeneidade geológica que apresenta um reflexo direto na conformação e constituição das bacias hidrográficas da região.

Os rios da Bacia Amazônica são perenes, mantendo-se permanentemente caudalosos, atribuindo-se essa característica em parte ao recolhimento de uma porção considerável da precipitação pluvial do globo. A Bacia Amazônica abriga um quinto do volume de água doce do mundo, sendo o seu rio principal, o Amazonas, detentor da maior vazão já medida, carreando cerca de 20% do volume total de água que todos os rios do mundo lançam nos oceanos.

A Bacia Amazônica adquire uma importância continental pelo fato de drenar cerca de um quarto da superfície da América do Sul, atingindo seis dos onze países que constituem o continente.

O rio Amazonas é um rio de planície, formando com seus afluentes e subafluentes a maior rede hidrográfica do mundo, com uma velocidade média de 2,5 km/hora, chegando a atingir nos períodos de enchentes uma velocidade superior a 6 km/hora.

O regime dos rios amazônicos está diretamente ligado ao regime de chuvas de suas respectivas bacias, dependendo estes do comportamento dos fenômenos atmosféricos inerentes à zona intertropical sul-americana, que por sua vez decorrem do maior ou menor deslocamento das massas de ar nesta zona climática.

Esse fenômeno garante a alimentação permanente do rio Amazonas, fazendo com que não venha a ocorrer uma amplitude demasiadamente acentuada na oscilação do nível de suas águas. A alternância de períodos chuvosos decorrente do fato de a Bacia Amazônica estar localizada nos dois hemisférios é consequência do deslocamento anual da massa equatorial continental de um hemisfério para outro.

O descompasso existente entre o regime de cheia dos afluentes meridionais com os da margem setentrional provoca uma compensação denominada de *interferência*, que permite ao Amazonas uma única enchente, embora alimentado por dois regimes pluviais desencontrados.

Merece ainda destaque o fenômeno do *repique*, resultante de uma pequena e rápi-

da elevação de nível no curso inferior do rio, exatamente no período em que a vazante é mais acentuada.

Na diversificação do regime dos rios que constituem as bacias meridionais e setentrional da rede hidrográfica amazônica, encontra-se a explicação e justificativa para um dos fundamentos de sua heterogeneidade. Outros fatores, entretanto, serão ainda examinados, e que invalidarão as teses da pretendida homogeneidade hídrica da região.

As características físicas e químicas das águas que constituem essas bacias apresentam também sensíveis variações, o que nos permite classificar nossos rios de acordo com a coloração de suas águas em claros, pretos e brancos. Na realidade, deve-se creditar essa heterogeneidade hídrica não somente à composição físico-química variada, mas também às alterações geomorfológicas decorrentes da grande extensão territorial regional, dos seus múltiplos e constantes acidentes geográficos e seu diversificado regime de marés.

RIOS DE ÁGUAS CLARAS

Os rios de águas claras são transparentes, com coloração azulada ou esverdeada, com índice reduzido de materiais em suspensão. Ao se processar a análise química de suas águas, esses rios mostram-se bastante heterogêneos, com uma relativa diversificação de PH e condutibilidade elétrica. Esse fenômeno é ainda mais intenso nos igarapés e córregos de reduzido porte, geralmente oriundos de sedimentos terciários da Bacia Amazônica. Esses são extremamente pobres em sais minerais, apresentando ainda baixas concentrações de magnésio e cálcio.

Os rios da Região do Baixo Amazonas são neutros e apresentam elevada percentagem de cálcio e magnésio e alto teor de sais minerais, o que lhes assegura uma coloração azulada. É bem verdade que no início da estação das chuvas estas transportam as substâncias húmicas acumuladas na superfície da terra durante o período de seca, do que resulta a mudança de coloração da água, que nesse período torna-se mais escura.

Os exemplares mais famosos de rios de águas claras são o Tapajós (com seus forma-

dores Juruena e Teles Pires), o rio Verde, o Xingu e seu afluente Iriri.

RIOS DE ÁGUAS PRETAS

A denominação é plenamente justificada pela coloração de suas águas, de um escuro intenso, variando do marrom-opaco até o negro, quando vistas em grandes massas. São, entretanto, transparentes e cristalinas, quando vistas em pequenos volumes, em lugares rasos com fundo de areia branca, apresentando um tom de infusão de chá, o que é plenamente justificável pela ausência de sedimentos em sua composição.

A tonalidade escura e opaca é resultante de substâncias húmicas coloidais dissolvidas, provenientes de matéria orgânica em decomposição lançada pela vegetação concentrada nas margens inundadas de suas nascentes. Contribuem ainda para essa coloração a formação dos solos podzólicos e arenosos de suas cabeceiras, o que lhes assegura uma composição química, com PH reduzido, acidez acentuada, com baixo teor de sais minerais, acusando ainda uma percentagem de sódio e potássio superior à percentagem de cálcio e magnésio. O exemplo mais significativo é o rio Negro.

RIOS DE ÁGUAS BRANCAS

São assim denominados pela coloração esbranquiçada, barrenta de suas águas, decorrentes da erosão nos Andes, do que resulta uma descarga de sedimentos cretáceos, alcalinos e relativamente ricos em sais minerais.

Apresentam um elevado índice de cálcio e magnésio comparativamente à quantidade de sódio e potássio, acusando ainda baixos índices de sais minerais. Esses rios recebem uma permanente contribuição de consideráveis massas de terreno argilo-arenoso de suas margens, o que lhes confere a cor barrenta, amarelada. Os rios de águas brancas constituem a maioria absoluta da rede hidrográfica amazônica. Nesses rios ocorre o fenômeno erosão/sedimentação, consequência da constituição dos terrenos que os margeiam, podendo ser considerados

rios mutantes, pois são agentes permanentes de profundas modificações do aspecto da paisagem e da vida do homem da Amazônia.

É preciso que se esclareça a importância do regime de chuvas para o equilíbrio ecológico da região, pois dele decorre o regime dos rios, absolutamente condicionado a esse fenômeno sazonal.

Estima-se em cerca de 100 bilhões de toneladas o volume de vapor de água decorrente da evaporação dos rios e da contribuição da floresta, o que confere à região sua característica básica de clima superúmido. Essa condição, aliada à absorção das radiações infravermelhas, estabelece as condições de estabilidade de temperatura, evitando que ocorram grandes variações diárias.

O Programa de Estudos e Pesquisas dos Vales Amazônicos - PROVAM -, objeto de acordo de cooperação técnica firmado em 1966, entre a SUDAM e a OEA, tem por objetivo básico conhecer a potencialidade das principais bacias hidrográficas e sub-regiões estratégicas para o desenvolvimento.

A área de drenagem da região é formada, principalmente, pelas bacias hidrográficas do rio Amazonas (3 900 000 km²) e Tocantins (775 000 km²) e territorialmente compreende a totalidade da Região Norte, mais da metade da Região Centro-Oeste e uma pequena extensão do extremo noroeste do Estado do Maranhão (Pré-Amazônia Maranhense).

Na ausência de acidentes geográficos mais relevantes e considerando a rarefação de atividade atópicas, os rios e o relevo possibilitam razoável precisão na configuração de grandes espaços - as bacias hidrográficas - como unidades de planejamento e programação de ações para o desenvolvimento.

Assim, na impossibilidade de estudar a Amazônia Legal a um só tempo, estabeleceu-se o critério de subdividi-la em bacias, priorizando-se a abordagem em função da pressão antrópica sobre elas exercida.

Na década de 70 a SUDAM realizou estudo dos vales dos rios Xingu-Tapajós, Tocantins, Araguaia-Tocantins e Branco.

Esses trabalhos foram paralisados, com o advento das grandes rodovias de penetração, dentro da Política de Integração Nacional.

A partir de 1987, o acordo SUDAM/OEA retomou os trabalhos dos Estudos dos Vales,

tendo concluído os rios Guamá-Acará, no Pará, e Araguari, no Amapá.

Encontram-se em fase final de elaboração a atualização do vale do rio Branco em Roraima.

Em 1992, serão elaborados, além dos projetos bancáveis dos vales dos rios Guamá-Acará, Araguari e rio Branco, os PDIs dos vales dos rios Antimari (AC/AM), Madeira (AM/RO), Trombetas (PA) e atualização do Araguari-Tocantins (PA/TO/MT).

Considerando a necessidade de aprofundar os estudos de uma política espacial, foi elaborado o estudo: "O Aproveitamento Integrado das Principais Bacias Hidrográficas da Amazônia Como Estratégia Espacial do Desenvolvimento Regional", constituído por sete capítulos e realizados por uma equipe de consultores.

Para a consolidação da fase de informações e visando à montagem de um sistema de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos, está sendo montado um Banco de Dados, formado por informações estatísticas dos Estudos dos Vales e pelo Sistema de Informações Geográficas da SUDAM.

O Sistema de Informações Geográficas, estruturado a partir do Projeto de Hidroclimatologia e Sensoriamento Remoto da SUDAM, é a base das informações cartográficas que dá suporte ao acompanhamento das alterações da Cobertura Vegetal na região e fundamental na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado dos Vales.

Ampliando-se o enfoque estabelecido inicialmente neste documento, do estudo das potencialidades naturais regionais a partir das duas riquezas básicas, a floresta e a bacia hidrográfica, extrapolando portanto esses limites, voltamos nosso interesse a outras fontes naturais de extraordinária potencialidade, que relacionaremos a seguir.

A dimensão territorial da Amazônia brasileira lhe atribui um *status* de quase-continente, do que resulta automaticamente um incalculável potencial ecológico, econômico e conseqüentemente político.

A Amazônia representa, nos dias atuais, uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo, não só pela imensa dimensão de terras úteis e produtivas, mas também por abrigarem elas uma significativa concentração de riquezas expressas em sua diversidade. Esse fator diferencia a Amazônia de

outras regiões de reconhecida potencialidade natural, pois estas apresentam invariavelmente suas riquezas dispersas em conjuntos menores, isolados entre si, enquanto que na Amazônia brasileira ocorre uma rede integrativa de recursos naturais renováveis.

A província mineral amazônica está ainda em fase prospectiva, mas a julgar pelos primeiros resultados obtidos se antevê a existência de grandes reservas de minérios tradicionais (ferro, bauxita, ouro, cassiterita, tantalita, etc...), além de minérios nobres, para aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio, etc...), estendendo-se aos radiativos e outros bens minerais com a permanente descoberta de ambientes geológicos promissores.

A reconhecida diversidade biológica vegetal, expressa por uma flora exuberante e variada, apresenta um universo de plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, tóxicas, oleaginosas, gomosas, fibrosas, entre outras espécies. Alia-se a essa riqueza a vastíssima fauna, o que transforma a Amazônia num grande banco genético do planeta, do que certamente resultará uma expressiva fonte internacional de produtos farmacêuticos e bioquímicos. O Brasil, através da Amazônia, assumirá, num futuro não muito distante, a liderança da indústria farmacêutica, bioquímica e de cosméticos mundial.

A base fundamental para a implantação e consolidação dessa biotecnologia repousa no equilíbrio ecológico que será permanentemente vigiado e mantido através do controle da floresta úmida, responsável pela geração dessa riqueza biótica. Existe no interior da floresta uma poderosa usina de produção de fungos, bactérias e insetos que asseguram a manutenção desse equilíbrio ecológico.

Ocorre freqüentemente na região um processo de decomposição acelerada da biomassa, convertendo-a em húmus, seguido da oxidação da matéria orgânica, do que resulta, a seguir, a conseqüente mineralização, liberando os compostos inorgânicos que estavam associados à biomassa original. Este processo promove, entre outras coisas, a reciclagem de elementos naturais como o enxofre e o nitrogênio.

As condições de alta umidade e temperatura elevada propiciam o desenvolvimento de microrganismos fitopatogênicos, o que poderia ser altamente prejudicial à manutenção e à preservação da floresta, o que entretanto não ocorre, pois ela encontra-se em

equilíbrio fitossanitário com espécimes vegetais com um lento crescimento, por décadas, sem serem perturbados quanto as suas condições de saúde.

Deve-se ainda ressaltar que existe na Amazônia uma considerável gama de microrganismos aos quais se deve atribuir o balanço ecológico dos aspectos já discutidos, mas essa ação só é completada pela intervenção de fungos que possibilitam a absorção de macro e micronutrientes, imediatamente absorvidos pelas raízes das plantas. Essa usina natural, extremamente complexa mas paradoxalmente acessível, é responsável pela fantástica biodiversidade da Região Amazônica.

Nessa rápida análise dos fundamentos das nossas reservas naturais, fica a lição basilar que somente através do uso racional desses insumos será possível promovermos o desenvolvimento regional, dentro de uma política saudável de plena adequação dos instrumentos de planejamento à conservação e à preservação do meio ambiente.

É preciso, entretanto, que se afirme que, ao aprofundarmos o estudo dos recursos naturais disponíveis para a instrumentalização dos processos de desenvolvimento, descobrimos uma verdade inquietante:

A Região Amazônica, que detém essa rica reserva natural do planeta, abriga em seu seio uma população pobre, carente de recursos, com um dos mais baixos índices socioeconômicos do mundo. É uma triste realidade que precisa ser revertida, para que se proporcionem ao homem da Amazônia condições de usufruir dessa riqueza.

Para a consecução desse objetivo, decidiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - partir para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado que permitisse a definição de parâmetros e hipóteses de desenvolvimento compatíveis com a realidade regional.

Para tanto, foi estabelecido como ponto de partida para esse importante trabalho a definição das expectativas e anseios da comunidade amazônica, levando-se em consideração a realidade nacional e internacional.

Em função dessa decisão foi imediatamente determinada a execução de um levantamento das potencialidades efetivas, mediante um pré-zoneamento ecológico econômico que permitisse um mínimo de conhecimento das reais possibilidades dos insumos regionais. Somente através do conhecimento da realidade seria possível partir para as qua-

tro indagações clássicas de um sistema de planejamento.

- . O QUE FAZER?
- . ONDE FAZER?
- . COMO FAZER?
- . QUANDO FAZER?

Esse pré-zoneamento, realizado mediante convênio com o IBGE, redundou na elaboração de uma coletânea de quatro mapas, na escala 1:2 500 000, cuja cartografia revela os seguintes aspectos fundamentais ao conhecimento da natureza amazônica, sob o enfoque ecológico e econômico:

- . Mapa dos Solos
- . Mapa Geológico
- . Mapa da Vegetação
- . Mapa da Hidrografia (e consolidação dos três anteriores)

Concomitantemente, foi desenvolvido um trabalho visando à definição de Macrocenários da Amazônia até o ano 2010, realizado por uma equipe interdisciplinar, de alto nível, constituída por técnicos da SUDAM, do BASA, da SUFRAMA e consultores nacionais e internacionais, do que resultou um documento de transcendental importância para o futuro da região.

Nesse documento, oficialmente denominado "MACROCENÁRIOS DA AMAZÔNIA - 2010 - CENÁRIOS ALTERNATIVOS E NORMATIVOS PARA A AMAZÔNIA", foi efetuada uma ampla consulta à sociedade regional, procurando-se descobrir suas angústias, dúvidas, anseios e expectativas, de modo a se aflorar e consolidar uma "vontade regional", um desejo amazônico. Procurou-se assim descobrir qual o futuro desejável da comunidade amazônica, representada por todos os seus segmentos mais significativos, avaliando-se portanto as suas legítimas aspirações.

Um estudo minucioso e de elevado padrão técnico colocou a problemática da Amazônia, anteriormente detectada, em confronto com a problemática nacional e internacional, possibilitando um diagnóstico que pretendia descobrir se o futuro desejável formulado pela sociedade amazônica seria plausível. Desse confronto, partindo-se do desejo regional, chegamos à formulação do futuro possível para a Amazônia, traduzido nos cenários alternativos levantados, levando-se em consideração a ação dos atores regionais.

O futuro possível da Amazônia deve necessariamente levar em conta a vontade re-

gional, representando esta o desejo legítimo de seus habitantes, livres de qualquer tipo de pressão ou condicionantes, caminho único para a formulação de um plano de desenvolvimento desejável e viável. Somente assim daremos acesso às aspirações dos amazônidas a um futuro melhor, socialmente justo e ecologicamente ordenado.

É preciso, entretanto, que se considere como prioritário e fundamental o resguardo da soberania nacional e o direito de cidadania do homem da Amazônia com respeito às transformações que decorrerão desse posicionamento. Essas transformações que estão se processando e processar-se-ão na região induzirão a um crescimento econômico que deve ser acoplado a um conteúdo social que venha atender às demandas prioritárias, assim como promover um maior equilíbrio ecológico, harmonizando e compatibilizando o homem com a natureza.

O desenvolvimento da Amazônia só será verdadeiro e irreversível se integrar-se e vincular-se ao conjunto de fatores e procedimentos em curso na região e no mundo, estabelecendo um novo enfoque científico e tecnológico do qual resultará, certamente, uma natural redefinição da divisão de trabalho e conseqüente reestruturação da atividade produtiva regional. É sob essa ótica que destacamos a biotecnologia como o fator primordial, repercutindo de maneira enfática nas mais variadas atividades e setores da economia.

A biodiversidade representará, portanto, um dos mais significativos instrumentos a ser empregado nesse trabalho conjugado, de um lado as expectativas internacionais e de outro lado as potencialidades regionais, abrindo-se, assim, um amplo horizonte de possibilidades e oportunidades de desenvolvimento para a região.

As novas perspectivas de desenvolvimento que decorrerão do Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA - exigem uma retomada do crescimento da região, hoje estabilizada e praticamente inerte. Para tanto julgamos indispensável não somente a formulação de um Plano de Desenvolvimento Integrado, mas principalmente a criação de um Sistema de Planejamento, que permita o despertar de uma consciência regional e uma ação de planificação participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade amazônica.

A SUDAM é a gestora desse plano, responsável direta pela sua concepção e imple-

mentação, missão a ela atribuída por lei, que lhe assegura ainda a responsabilidade da coordenação da ação do Governo Federal na Região Amazônica.

A concepção adotada para a redefinição dos novos modelos de desenvolvimento regional estabelece profundas mudanças estruturais nas comunidades amazônicas, na tentativa de estabelecer uma relação harmônica entre os homens e destes com a natureza.

Esse desenvolvimento desejado, alicerçado em bases de auto-sustentabilidade, será realizado de maneira racional e progressiva, mediante a definição e implementação de novos conceitos e metodologias modernas que venham a promover a perfeita adequação dos seus agentes com os valores naturais que caracterizam o meio ambiente.

O mal uso dos recursos naturais e seu conseqüente desperdício devem ser permanentes e obrigatoriamente evitados, já que sua ocorrência virá a contribuir inexoravelmente para uma progressiva degradação ambiental. Este indesejável fenômeno provém geralmente dos grandes desequilíbrios econômicos e sociais, os quais são por sua vez resultantes da excessiva concentração de riqueza em determinadas regiões, em detrimento de outras que permanecem desamparadas, no mais lastimável estado de abandono e pobreza.

A redução e posterior erradicação dessas diferenças socioeconômicas, com a eliminação do desequilíbrio inter-regional, é o objetivo fundamental do PDA, através do qual iremos estabelecer as condições necessárias para que o homem da Amazônia venha a desfrutar o mesmo nível de vida dos habitantes de outras regiões mais desenvolvidas do Brasil.

O desequilíbrio regional hoje existente é um inequívoco resultado de diversos fatores, entre os quais julgamos pertinente destacar:

- . A imensa superfície territorial da região
- . A baixa densidade demográfica
- . A excessiva concentração populacional nas grandes cidades
- . A reduzida capacidade geradora de riqueza

A superfície da Amazônia brasileira é equivalente a 61% do Território Nacional, ocupando uma área de 5 217 423 km², apresentando entretanto uma densidade demográfica insignificante para essa amplitude territorial, expressa por um índice de 11% da popula-

ção total do País e que corresponde a 17 milhões de habitantes.

A concentração populacional nas grandes cidades é um fator por demais preocupante, já que esse exagerado adensamento demográfico, principalmente nas capitais dos estados, provoca um contínuo êxodo das populações rurais, agravando significativamente a estrutura econômica estadual. A densidade demográfica regional média de 3 habitantes/km², enquanto que nas capitais esse índice sobe para 17 habitantes/km². Enquanto ocorre um grave esvaziamento da zona rural, multiplicam-se os problemas nos centros urbanos, com infra-estrutura insuficiente ao atendimento dessa alarmante pressão migratória, configurando um caos socioeconômico praticamente insolúvel.

A baixa renda *per capita* é também preocupante, constituindo um dos mais graves problemas regionais, fruto da reduzida capacidade de geração de riqueza da região.

Esse conjunto de fatores constituiu o ponto de partida considerado pela SUDAM para a formulação de sua política de desenvolvimento, definindo como um de seus fundamentos a fixação do homem em seu habitat, criando-se as bases que permitam sua permanência no local em que nasceu e vive, em seu ambiente natural, usufruindo de condições socioeconômicas, políticas e culturais plenamente satisfatórias.

O nosso modelo de desenvolvimento possibilitará, portanto, essa fixação desejada, mediante a criação de atividades geradoras de riqueza na região, compatíveis com a realidade local, viabilizando a elevação da renda individual até que se alcance uma igualdade com os maiores índices do País, assegurando ao amazônida um nível de vida justo e digno.

Esse objetivo está sendo alcançado mediante a utilização de um modelo de desenvolvimento sustentado, com utilização de matéria-prima local, promovendo-se uma perfeita identificação do homem com o meio ambiente circundante, conscientizando-o a uma convivência harmônica com a natureza, sem extrapolar ou exceder suas necessidades intrínsecas. Estamos criando uma nova mentalidade, da qual resulte o maior entendimento dessa nova realidade, aflorando o sentido de responsabilidade, revitalizando a cultura tradicional, enriquecendo-a com os modernos métodos científicos e tecnológicos.

O novo homem amazônico aprenderá a viver dentro deste novo contexto, assimilando

do esta nova realidade, mantendo um maior controle crítico de suas necessidades quando relacionadas com o ecossistema.

Para que isso ocorra, o plano volta-se também para a revitalização da cultura tradicional das comunidades interioranas, no sentido de estabelecer sólidas bases para a deflagração da desejada ação desenvolvimentista, mediante o emprego de modernos métodos científicos e tecnológicos. Dessa maneira, deverá o novo homem amazônico estar devidamente preparado para integrar-se a esse novo mundo da ciência e da tecnologia, absorvendo seus rudimentos, adquirindo um mínimo controle crítico de suas obrigações relacionadas com o ecossistema.

O desenvolvimento sustentado definido no PDA cria ações programadas sob uma ótica dinâmica, com implantação progressiva, objetivando a criação de um sistema de planejamento permanente, contínuo e auto-avaliável. A implementação desse sistema criará as condições de ativar, de maneira progressiva, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, admitindo-se uma permanente avaliação e um constante controle da eficiência do instrumento, o que permitirá a necessária retroalimentação do planejamento.

O desenvolvimento da Amazônia será realizado, nas próximas décadas, mediante o aproveitamento racional das potencialidades de seus recursos naturais, pela introdução de uma estrutura científica e instrumentos tecnológicos, o que possibilitará um avanço econômico e social para os seus habitantes. Como consequência natural ocorrerá a implantação de política de desenvolvimento, devidamente relacionadas com as políticas ambientais, de natureza especificamente regionais, mais vigorosas e de caráter permanente.

É verdade que no início, nos primeiros anos de implantação do PDA, a região tenderá, ainda, a conservar e manter suas características de provedora de matérias-primas, apresentando um índice de crescimento moderado, consequência direta da política de estabilização econômica do País e também da natural lentidão das transformações institucionais em curso.

Pretende-se, a partir do final desta década, apressar a integração da Amazônia no contexto nacional, mediante um processo acelerado de crescimento, respaldado numa maior capacidade de produção industrial que venha a atender a demanda nacional e posteriormente a internacional dos recursos naturais e industrializados.

O ritmo de implantação dessa sociedade amazônica reorganizada, e de sua economia fortalecida, estará dependendo da definição de critérios, políticas e decisões do Governo Federal, bem como de ações e atitudes dos governos estaduais e municipais da região. Essa contribuição, juntamente com as ações das classes empresariais e comunitárias, constitui a essência do planejamento participativo, destaque maior da elaboração do PDA, e que lhe assegura antecipadamente o desejado êxito.

O futuro que reservamos para a Amazônia, futuro plausível fundamentado no futuro desejado pela sua comunidade, é, em síntese, representado pela implantação, aceleração e ampliação das transformações destinadas ao seu crescimento econômico, mediante a internalização de sua renda e a exploração racional de seu potencial de biodiversidade. A meta será, evidentemente, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

O modelo de desenvolvimento será, portanto, dirigido à implementação na Amazônia de uma política inovadora e ágil, que permita combinar e conciliar o progresso científico e tecnológico com o ecossistema. Pretende-se, assim, consolidar uma nova sociedade amazônica, mais forte, vigorosa e estável, estruturada num ecodesenvolvimento racionalizado.

Serão evidentemente considerados outros segmentos altamente significativos para a economia regional, como a aqüicultura, a agricultura com prioridades para as culturas de planície, da pecuária em campos naturais e o turismo, notadamente o turismo ecológico, cuja dinamização é, presentemente, uma das mais importantes metas do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

Nossa meta é transformar a Amazônia em um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico nas áreas de biotecnologia, química dos recursos naturais, manejo auto-sustentado florestal e agricultura tropical. Será ainda nosso alvo a estruturação da região como fabricante e exportadora de produtos de alta tecnologia, de bióticos, de fármacos, variedades genéticas, cosméticos, bem como extrativismo de elevada qualidade.

Para a colimação dessas metas definimos hipóteses de desenvolvimento, que fundamentarão estratégias, políticas, programas e projetos, devidamente compatibilizados nos programas de desenvolvimento nacional.

Estabelecemos quatro grandes políticas, corporificando um referencial estratégico expresso num conjunto de princípios, normas e parâmetros que priorizam a atuação pública e privada na região.

Abordaremos em seguida essas políticas prioritárias:

1. Política Ambiental
2. Política Espacial
3. Política Social e Antropológica
4. Política Institucional

A Política Ambiental objetiva a racionalização dos projetos que serão implantados na região, condicionando sua aprovação a uma perfeita adequação às condições ecológicas regionais. Esta política estabelece diretrizes de exploração dos recursos naturais nas atividades econômicas implantadas na região, redefinindo igualmente o padrão tecnológico implantado de maneira a adequá-lo às condições ecológicas regionais.

Um dos mais importantes conceitos definidos na Política Ambiental é sua compatibilização com as políticas setoriais, viabilizando a utilização econômica dos recursos ambientais, conservando e preservando a extraordinária diversidade biótica dos ecossistemas amazônicos. A Política Ambiental promove, ainda, a auto-sustentação dos recursos ambientais da região, determinando sua preservação.

A Política Espacial definirá os critérios para a localização das ações, dentro de uma ordenação prioritária, identificando as áreas-programas destinadas à convergência dos esforços de desenvolvimento regional.

Esta política redefinirá o papel da Amazônia na divisão inter-regional de trabalho, consolidando a unidade regional, alterando porém os padrões de sua interação com a economia regional. Dela decorrerá ainda uma integração socioeconômica rural-urbana na região, devido à interiorização do desenvolvimento e à constituição de uma estrutura urbana efetivamente incluída no conjunto da economia regional. Essa desconcentração e difusão das atividades econômicas resultarão em significativos benefícios para o incremento da economia amazônica.

A Política Social e Antropológica apresenta como objetivo maior a transformação do desenvolvimento e crescimento econômico, voltado ao efetivo benefício social para o homem amazônico, possibilitando a redução das tensões, desigualdades e contradições sociais. Será ainda viabilizada a internaliza-

ção desses benefícios, objetivando a melhoria da renda e qualidade de vida da população.

A Política Institucional objetivará o fortalecimento e consolidação de um sistema de organizações, instituições e entidades devidamente articuladas, com funções complementares e convergentes, destinadas a assegurar a eficácia e efetividade das atividades em seu espaço econômico. Esta política tem por fundamento os princípios de coordenação, articulação institucional, descentralização, democratização, participação e desburocratização.

Essas políticas sumariamente apresentadas permitem a definição e ordenação dos instrumentos globais que serão utilizados para elaboração dos programas prioritários. Esses programas deverão ser direcionados prioritariamente à especialização regional das políticas nacionais, globais ou setoriais. O zoneamento ecológico-econômico será evidentemente o instrumento precursor, funcionando como indutor seletivo das prioridades regionais, a partir do qual se viabilizarão as demais estratégias de natureza política, social e econômica, que constituem os já citados instrumentos globais. Dentre estes, julgamos oportuno e pertinente destacar a utilização parcial dos recursos do PIN/PROTERRA para o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Amazônia, para investimentos complementares às fontes nacionais. As hipóteses de desenvolvimento permitem a eleição de estratégias de desenvolvimento, das quais resultarão sete grandes programas prioritários pelos quais estão considerados os critérios de localização e vocação identificados no Zoneamento Econômico-Ecológico.

O PDA estabelece os seguintes programas prioritários:

- . Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- . Programa de Infra-Estrutura Econômica
- . Programa de Infra-Estrutura Social
- . Programa de Educação
- . Programa de Desenvolvimento Industrial, Agroindustrial e de Extrativismo Mineral
- . Programa de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo Vegetal
- . Programa de Turismo

O Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico objetiva a elevação da capacidade científica e tecnológica da região, de maneira a aumentar o conhecimento da Amazônia, bem como um maior domínio do

saber científico e tecnológico, através de novos métodos assim como a adaptação de tecnologias mais avançadas para suprir as necessidades regionais. Pretende-se também alcançar uma elevação da produtividade, competitividade e qualidade do setor produtivo e respectivos produtos tipicamente amazônicos, com a criação de parques tecnológicos em áreas estrategicamente recomendáveis para a economia regional.

Esses Parques Tecnológicos são hoje uma realidade em todos os países desenvolvidos, bem como em nossa Nação, onde se encontram disseminados, com consolidado êxito, notadamente no sudeste e sul do País.

Neles encontram-se concentrados os esforços do governo, da universidade e dos empresários, numa ação conjunta e interativa, criando condições e ambientação para o surgimento de novas empresas, com base tecnológica sofisticada e avançada.

É bem verdade que, no Brasil, como de resto em toda a América Latina, a experiência é mais recente. O próprio modelo de desenvolvimento posto em prática nas últimas décadas impôs condicionalidades ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil. Com efeito, a Política de Ciência e Tecnologia orientou-se inicialmente para a estratégia de segurança nacional, criando importantes núcleos de competência tecnológica industrial, conforme relacionamos a seguir:

- . O Complexo Aeronáutico, Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA - e a Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER
- . O Complexo Petroquímico
- . O Complexo de Telecomunicações, Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL
- . O Setor de Informática Nacional

Conseqüentemente, a política de industrialização, embora acelerada, se manteve distante no incipiente planejamento científico e tecnológico, do que resultou a não modernização tecnológica do parque industrial, como seria desejável.

Assim sendo, tivemos os investimentos governamentais em Ciência e Tecnologia restritos a instituições de pesquisa oficiais e ao setor produtivo estatal, os quais criaram níveis de competência em algumas áreas de conhecimento, limitando sua aplicação na atividade produtiva privada.

Mais recentemente, contudo, várias experiências têm congregado o setor público, universidade e centros de pesquisas com o

objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e sua aplicação ao processo produtivo.

Essa experiência, fundamentada na implantação de Parques Industriais, com relativa variedade de concepções, já permite que se perceba claramente a diversidade das ações administrativas, fruto de multiplicidade e agentes envolvidos, revelando a riqueza do instrumento, enquanto indutor do desenvolvimento econômico, permitindo a geração e utilização de novas tecnologias.

É nesse sentido que a SUDAM propõe um estudo aprofundado sobre a viabilidade da criação de Parques Tecnológicos na Região Amazônica, mediante o referenciamento a dois parâmetros básicos:

- . As características e especificidades do setor produtivo amazônico
- . A capacitação técnico-científica das universidades e instituições de pesquisas regionais

Quanto a este último ponto, cabe ressaltar, enfaticamente, que várias pesquisas aplicadas à produção já vêm sendo desenvolvidas nas universidades da região, muitas delas de comprovada aplicabilidade no setor produtivo da Amazônia, atendendo as seguintes áreas:

- . Biotecnologia - Produção de insumos para reprodução animal
- . Mineração - Aproveitamento industrial de rejeitos sólidos
- . Farmacologia - Produção de remédios a partir de ervas da região, cosméticos, etc
- . Alimentação - Produção de doces, compotas, sucos concentrados, etc
- . Química - Produção de sabões, detergentes, óleos (inclusive com fonte energética, indústria de tintas e corantes), etc
- . Automação Industrial - Robótica Industrial
- . Indústria de Transportes - Engenharia Naval Fluvial e veículos aerodeslizantes *hover-craft*.

A SUDAM, na qualidade de órgão responsável pelo desenvolvimento regional, coordenador da ação do Governo Federal na Amazônia, promove, conseqüentemente, a definição de uma nova estratégia destinada a compatibilizar a conservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a qualidade de vida da população.

Os pilares desse novo modelo de desenvolvimento que pretendemos implantar são a Ecologia e a Tecnologia harmonicamente

ajustados. Nesse sentido, os Parques Tecnológicos desempenharão um importante papel na nova estratégia de desenvolvimento, senão vejamos:

- . Permitirão a aplicação do esforço científico regional já acumulado à produção

- . Permitirão ainda o desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições regionais com máximo de eficiência e o mínimo de danos ao meio ambiente

- . Incentivarão, devido à expectativa criada, com o desenvolvimento da pesquisa, promovendo a utilização dos recursos humanos e a capacitação empresarial regionais

O Programa de Infra-Estrutura Econômica objetiva a elevação da disponibilidade de infra-estrutura básica de transportes, comunicações e energia, como instrumento para a eliminação das deficiências atuais, possibilitando a expansão de todas as atividades econômicas regionais, bem como a redução dos custos de produção e comercialização.

O subprograma de Energia terá uma abrangência considerável, com um enfoque extremamente diversificado, admitindo um conjunto de soluções heterogêneas, compatíveis com a complexidade regional.

A solução energética básica é a de geração hidrelétrica, o que é plenamente compreensível, considerando-se que a Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo com um incomensurável potencial de geração de energia. Defendemos, entretanto, a construção de usinas de médio e pequeno portes, excluindo, portanto, as soluções através de megasinas até então adotadas. Estas apresentam um custo de implantação elevadíssimo, um prazo de construção muito extenso, uma superfície de represamento considerável, tendendo a provocar agressões ambientais graves e irreversíveis. Além disso, haverá ainda a necessidade de construção de extensas redes de transmissão, cuja execução demandará um custo tão elevado quanto o da construção da usina, com prazos também muito extensos. As usinas de médio e pequeno portes parecem-nos a solução ideal, mais ágil, mais econômica e acima de tudo dentro da política espacial do PDA, consolidando a definição de áreas-programa. Nosso projeto energético para a Amazônia não se restringe a uma única solução, buscando gerações alternativas como a energia solar, a energia eólica e a termoelétrica com combustão a gás natural.

O subprograma de Transporte volta-se à concepção de um sistema intermodal, no qual as vias fluviais serão aproveitadas como rede primária, às quais serão conectadas as rodovias e ferrovias. A grande massa líquida que constitui a rede hidrográfica da Amazônia, definindo a maior bacia do mundo, oferece, com investimentos modernos, as condições ideais para implementação de um sistema básico de transporte fluvial, de baixo custo e operacionalidade racional e econômica. Essa rede constituirá a espinha dorsal do sistema intermodal de transportes da Amazônia. As rodovias não serão desprezadas, muito pelo contrário, serão intensificadas dentro de uma maior racionalidade, integrando-se a esse sistema, permitindo assim uma maior disponibilidade de acessos para o escoamento dos produtos regionais em busca dos mercados consumidores. A médio e longo prazos serão implantadas as ferrovias.

O terceiro subprograma, o de Comunicações, será resolvido através da utilização de tecnologia de ponta, fruto do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mediante o uso de satélites estrategicamente plotados.

O Programa de Infra-Estrutura Social define a elevação da qualidade de vida e condições sociais da população amazônica, mediante a melhoria da oferta de equipamentos urbanos e serviços sociais no meio rural. Serão também considerados neste programa os instrumentos destinados à redução dos déficits sociais na área de saneamento, habitação e saúde.

A Infra-Estrutura Social será organizada em torno de ações básicas na área de saúde, saneamento e habitação.

Quanto à Saúde a programação deverá concentrar suas ações na construção, ampliação e recuperação de equipamentos da rede de saúde, com destaque para Assistência Integral da Mulher e da Criança, o Controle de Doenças Transmissíveis e o Sistema de Vigilância Sanitária.

Na área de saneamento são prioritárias as ações voltadas para a Expansão do Abastecimento de Água e Rede de Esgotos Sanitários, a Coleta, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos e a Macro e Microdrenagens.

Em habitação serão desenvolvidos subprogramas que tenham como meta básica a Aquisição de Lotes Urbanos e Assentamento de População de Baixa Renda e a Construção de Unidades e Conjuntos Habitacionais para a Baixa Renda.

O Programa de Educação possibilitará a elevação do nível educacional e de escolaridade da população, tendo como meta prioritária a redução até a eliminação dos índices de analfabetismo nas zonas urbanas e rurais. Será programada também a elevação e adequação da formação técnica e profissional, objetivando o acesso do homem amazônico no mercado de trabalho regional.

O Programa de Desenvolvimento Industrial, Agroindustrial e Extrativismo Mineral é outro tópico de fundamental importância defendido pelo PDA, mediante a consolidação dos pólos e complexos industriais existentes e em instalação na região, utilizando-se tecnologias modernas e plenamente compatíveis com a preservação ambiental. Será incentivada a articulação das indústrias com a estrutura produtiva regional e inter-regional, estabelecendo-se prioridade para as médias e microempresas. Será também priorizada a utilização dos recursos naturais regionais.

No Programa de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo Vegetal, serão considerados os indicativos do Zoneamento Econômico-Ecológico, que definirão as áreas potenciais registradas no mesmo. A agropecuária terá sua expansão e diversificação direcionada para essas áreas zoneadas. O extrativismo vegetal e pesqueiro será desenvolvido por meio da diversificação e integração intra e intersetorial, pela introdução de processos produtivos que permitam relações sociais de produção mais modernas, mais relacionadas, resguardando as especificidades regionais.

O incremento da produção de espécies extrativas vegetais permitirá o desenvolvimento de ações integradas de produção e acabamento dos produtos. De idêntica maneira será incentivada a pesca, promovendo-se o seu aproveitamento em escala industrial visando-se à exportação.

As atividades de silvicultura receberão também o máximo apoio pelas diretrizes de planejamento, de maneira que sejam integradas na base produtiva regional. Cremos que a solução para o desenvolvimento regional encontra-se na utilização correta e racional da floresta, de cujo tratamento depende também o equilíbrio e estabilidade do ecossistema.

A hiléia amazônica cobre mais da metade da superfície da região, do que decorre uma nítida predominância sobre o meio físico regional, definindo-a como agente indutor do comportamento ambiental na conservação dos solos, na proteção dos mananciais

hídricos, no regime dos ventos e da chuva, enfim nas condições climáticas regionais. Deve-se ainda ressaltar sua importância como habitat da exuberante e diversificada fauna regional.

Julgamos oportuno e pertinente ressaltar que essas funções ecológicas devem interagir com funções econômicas, pois a Floresta Amazônica apresenta um extraordinário potencial de matéria-prima industrializável, representada por um fabuloso volume de madeira, estimado em mais de 50 bilhões de metros cúbicos.

A conciliação desses dois vetores, o ecológico e o econômico, representa, na realidade, o cerne da problemática do desenvolvimento regional, já que a política de ocupação e uso do solo e conseqüente implantação de atividades produtivas deverão compatibilizar esses dois parâmetros.

Partindo dessa premissa, a SUDAM estabelecerá uma política florestal que viabilize uma ação interativa que promova a perfeita compatibilização dos interesses econômicos com a preservação da natureza. Desejamos que a Amazônia venha a ser racionalmente usufruída por seus habitantes, que utilizarão seus recursos, promovendo com eles seu desenvolvimento e progresso.

A hiléia deverá ser preservada, não para mantê-la intocável e improdutiva, porém, a partir dela, definam-se mecanismos indutores que possibilitem o usufruto de seus recursos de maneira racional, jamais admitindo-se uma ação predatória a esse patrimônio tão precioso.

Os critérios para o uso de solos florestados permitirão a utilização econômica de alguns segmentos da floresta, mediante atividade auto-sustentada, com ênfase na produção de madeira. O zoneamento econômico-ecológico em elaboração pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico - CCZEE - disciplinará a organização do Espaço Amazônico, que implementará um Programa de Áreas Preservadas, definidas pelas especificidades de seus ecossistemas, que serão utilizados como laboratórios naturais, voltados à pesquisa e conseqüente formação de Bancos Genéticos. Tal solução objetiva a perpetuação da flora e fauna regionais.

O enquadramento ecológico desse modelo pretende romper a tradição brasileira de exploração florestal como atividade temporária, com a comercialização da madeira sem a necessária reposição das espécies extraí-

das, o que seria considerar a floresta como ocupante transitória, temporária, do sítio.

A SUDAM preconiza, em sua Política Florestal para a Amazônia, o sistema de Floresta de Domínio Público, classificando-as como Nacionais, Estaduais e Municipais. Desejamos estabelecer uma reversão da sistemática ora existente em todo o País do uso da terra voltado prioritariamente para a atividade agropecuária.

Consideramos a exploração florestal racionalizada uma atividade mais rentável que outras dirigidas para o uso exclusivo da terra, já que a seleção de segmentos florestais permitirá a institucionalização de Florestas de Produção, concentrando as atividades de extração devidamente racionalizadas, com maior grau de produtividade, menor desperdício e conseqüentemente maior economia.

É imperioso que se promova a imediata redução dos métodos empíricos e predatórios que induzem a atrofia das matas, descartando-se de suas espécies mais nobres sem qualquer preocupação com sua reposição. A Política Florestal da SUDAM é um modelo comprovadamente viável, que possibilitará a sobrevivência de nossa floresta, tornando-a economicamente produtiva e útil para seus habitantes.

O Programa de Turismo representa um dos pontos capitais do PDA, considerando-se as potencialidades inesgotáveis e até este momento praticamente inexploradas, que possibilitarão a Amazônia assumir a liderança do Turismo Ecológico internacional.

O plano objetiva a expansão e desenvolvimento das incipientes atividades turísticas da região, mediante a concepção e implantação de mecanismos que promovam o incremento do fluxo de correntes turísticas para a Amazônia.

O Plano de Turismo da Amazônia - PTA -, em fase de elaboração pela SUDAM, está se estruturando levando em conta dois parâmetros distintos, o Turismo Tradicional e o Turismo Ecológico, ambos destinados ao aten-

dimento das aspirações de uma clientela ansiosa de conhecer o exotismo, os mistérios e a exuberância da natureza amazônica.

A conquista dessa clientela deverá ser alcançada no momento em que nosso modelo de Desenvolvimento Sustentado apresente, em sua essência, um Ecoturismo de dimensões amplas, destinado ao atendimento das aspirações das pessoas que, partindo de suas pátrias, busquem novos ambientes, novas sensações, que lhes revelem um novo mundo.

Precisamos, portanto, preparar-nos para o pleno atendimento dessa demanda, já que a Amazônia surge no cenário internacional como a mais importante reserva mundial de recursos naturais praticamente incólumes, alvo das atenções de todos os povos de nosso planeta.

O Ecoturismo Amazônico, com suas peculiaridades e especificidades, facultará o acesso a áreas efetivamente virgens, não contaminadas pela ação predatória da civilização, permitindo um estreito contato com a natureza. O turismo poderá admirar e gozar da paisagem bucólica e repousante, desfrutando a exuberância da flora, a multiplicidade infinita das espécies da fauna, o contato com a cultura primitiva de seus índios, respirar o aroma do mato, o perfume das flores, olhar cores impressionistas do ocaso, e a magia colorida do alvorecer amazônico.

Esses serão os múltiplos caminhos que nos conduzirão em direção ao destino histórico da Amazônia, peças fundamentais da máquina propulsora do desenvolvimento, instrumento único para a construção da grandeza regional.

Inspirados pela ação do Presidente Fernando Collor, cuja determinação de construir um Brasil Novo é também nossa bandeira, voltamos nossos olhos para o futuro, com a certeza de que edificaremos também uma Nova Amazônia. O futuro é quase uma realidade. O futuro já está chegando, antecipado pela dedicação e competência de nosso Presidente.

RESUMO

Analisa os fundamentos das reservas naturais da Amazônia, que são incontestavelmente sua cobertura vegetal e sua rede hidrográfica; faz um estudo dos recursos naturais disponíveis, assim como aborda as políticas prioritárias adotadas pela SUDAM para o desenvolvimento racional do território amazônico, baseado no binômio desenvolvimento/meio ambiente, que são: política ambiental, política espacial, política social e antropológica e política institucional, que integram o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - PDA - para o período 1991/1995.